



A Miopia no Ensino das Relações Públicas no Nordeste e o Eminente Risco de Extinção do Curso na Região ¹

José Guibson DANTAS²
Universidad de Málaga, Espanha

RESUMO

O curso de Relações Públicas no Nordeste passa por uma grande crise. Fechamento de curso e baixíssima demanda nas intuições privadas e uma diminuição substancial no número de candidatos nos vestibulares das instituições públicas deixa em alerta a comunidade acadêmica nordestina quanto ao futuro do curso na região. Este breve artigo analisará esta situação, buscando apontar os reais problemas que são responsáveis pela desvalorização da área no Nordeste e possíveis formas de resgatar a credibilidade do curso.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Públicas; ensino; crise; Nordeste; curso.

Introdução.

As Relações Públicas, como o próprio sistema econômico que a dotou, é contraditória. Ao mesmo tempo em que é festejada como a “atividade do futuro” ou a “ferramenta indispensável no mundo globalizado” por alguns segmentos da academia e empresariado das regiões hegemônicas do país, ela perde cada vez mais espaço na Região Nordeste no âmbito acadêmico. Como “qualquer campo do conhecimento humano surge como conseqüência das demandas coletivas” (MELO, 2003, p. 33), podemos deduzir que há uma profunda crise no que diz respeito à potencialidade da área como geradora de empregos e os benefícios que a mesma pode proporcionar à sociedade na Região Nordeste, já que é cada vez menor a demanda de alunos pelo curso.

Com dez instituições de ensino superior que o oferecem na região (FRANÇA; TONDATO, 2001, p. 11) e com uma história de mais de quarenta anos no Nordeste, desde a fundação da Escola Superior de Relações Públicas (Esurp) em 1967, o curso de

¹ Trabalho apresentado no NP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduado em Comunicação Social – Hab. Relações Públicas e Doutorando do curso Comunicação e Poder da Universidad de Málaga, email: joseguibsondantas@uol.com.br.



Relações Públicas ver-se diante de uma profunda crise de legitimidade e alguns exemplos práticos são provas disto. A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), tradicional instituição privada daquela região, local onde estudou José Marques de Melo e que teve o Departamento de Comunicação fundado por Luiz Beltrão nos anos 60, funcionando ali o primeiro Centro de Estudos Acadêmicos em Comunicação do país - ICINFORM Instituto de Ciências da Informação – e o primeiro periódico de circulação nacional dedicado aos estudos midiológicos – a revista “Comunicação & Problemas” – (GOBBI, 2001, p. 21), há mais de 30 anos possui um curso de Relações Públicas, mas há vários semestres oferece um grande número de vagas aos portadores de diploma por falta de demanda. Nos últimos anos, a Unicap tem disponibilizado 20 vagas para transferência e portadores de diploma a cada novo edital, o que significa um terço de vagas disponíveis na admissão por vestibular.

A situação é tão delicada que no vestibular de 2007, por exemplo, foram oferecidas 60 vagas e só se candidataram 28 pessoas, gerando uma pífia relação candidato-vaga de 0,467 (UOL, 2006). Já no vestibular de 2008 esta relação cai pela metade: fica em 0,200 (UNICAP, 2008). Isto quer dizer que basta o candidato se inscrever no vestibular, não “zerar” a prova e ter condições de pagar as mensalidades para cursá-lo, convertendo sua seleção em um processo parecido com o das escolas de idiomas em que funciona a máxima popular do “estuda quem quer”.

Já no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar - maior instituição privada de todo o Estado com campus instalados nas cidades de Natal e Mossoró - fechou o único curso de Relações Públicas que funcionava no Estado (também) por falta de demanda de alunos. Isto é: um Estado com mais de 3 milhões de habitantes e que gera um PIB anual de mais de 17 bilhões de reais não possui, sequer, uma instituição de ensino superior que ofereça um curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Estes alarmantes dados podem ser apontados, por muitos, como decorrência da política de mensalidade adotada por estas instituições, já que se tratam de universidades privadas. A Universidade Católica de Pernambuco, por exemplo, cobra R\$ 772,32 mensais por 24 créditos semestrais, o que foge da realidade financeira da maioria da população da Região Metropolitana do Recife.

Entretanto, os dados fornecidos pelas comissões de vestibular de algumas instituições federais de ensino superior nos mostram que o centro do problema não está na questão financeira. Em Maceió, a Universidade Federal de Alagoas apresentou uma



queda muito grande na demanda de alunos por seu curso de Relações Públicas (noturno)³ desde 2004, quando chegou a ter 10,37 candidatos por vaga no vestibular daquele ano.

Universidade Federal de Alagoas	
Ano do Vestibular	Candidatos por vaga
2004	10,37
2005	2,00
2006	Não divulgados
2007	6,9
2008	4,7

Fonte: Copeve (www.copeve.ufal.br)

No quadro acima visualizamos uma oscilação no interesse dos jovens pelo curso, mas se fizermos a comparação da demanda conseguida no ano de 2004 e do ano de 2008 observamos uma queda brusca no prestígio do curso. Vale salientar que em todo o Estado de Alagoas, o único curso de Relações Públicas oferecido é o da Universidade Federal de Alagoas, fazendo com que estes dados reflitam o real interesse de toda juventude alagoana pelo curso.

Outro exemplo da crise aqui discutida é o curso de Relações Públicas oferecido pela Universidade Federal da Paraíba, que funciona no campus de João Pessoa. Nos últimos oito anos há uma pequena oscilação na demanda pelo curso, sendo que o último vestibular apresentou uma queda de mais de 30% em relação ao vestibular de 2001. Seguindo o exemplo da UFAL, o curso da UFPB é o único oferecido em seu Estado.

³ Nossa análise se baseará em cursos noturnos, pois entendemos que é o horário mais procurado pelos estudantes de Relações Públicas no Nordeste, pois a maioria deles ingressa no curso já estando no mercado de trabalho, o que se configura numa de suas características principais.



Vejamos:

Universidade Federal de Alagoas	
Ano do Vestibular	Candidatos por vaga
2001	8,22
2002	9,05
2003	9,83
2004	8,98
2005	7,93
2006	9,87
2007	6,45
2008	5,45

Fonte: Coperve (www.coperve.ufpb.br)

Os dados fornecidos pela Coperve – Comissão de Vestibular da Universidade Federal da Paraíba – nos mostra, mais uma vez, que o centro do problema não está no âmbito financeiro, pois como o curso da UFAL, o curso da UFPB não é pago.

A idéia defendida neste texto é que o enfraquecimento do curso na região tem origem no próprio âmbito acadêmico e que se os docentes e coordenadores não tomarem algumas medidas a tendência é a extinção dos cursos de Relações Públicas em toda região, o que prejudicaria não só o desenvolvimento econômico da mesma, como também uma perda de reflexão intelectual muito importante. Sustenta, ainda, que chegou o momento da academia nordestina fazer uma *mea culpa* e iniciar um processo de mudança, congregando os docentes que realmente assumiram a docência como objetivo de vida a discutir os rumos do curso. Ao final, para que este texto não pareça uma profecia apocalíptica aos olhos dos colegas docentes, são sugeridas algumas ações no intuito de resgatar a credibilidade da graduação em Relações Públicas no Nordeste.



Os principais problemas de âmbito acadêmico.

Ao prefaciар seu próprio livro, o EAGLETON (1991, p. 1) afirma que sua obra “defende a tese de que a crítica atual perdeu toda a relevância social. Ou faz parte do ramo das relações públicas da indústria literária, ou é uma questão inteiramente interna às academias”. Nesta breve citação, podemos observar duas idéias pertinentes que merecem nosso comentário. Primeiro: que as “relações públicas” é citada pelo filósofo inglês como uma área que presta serviços negativos à sociedade, muito mais preocupada em multiplicar o capital das empresas que defender a veracidade das coisas. Segundo: que a academia é responsável direta pelo estado de apatia que se encontra a sociedade de massa, aceitando o discurso consumista emitido nos meios de comunicação de massa.

O niilismo do autor nos remonta à Grécia Antiga, mais especificamente aos ensinamentos de Górgias (citado por REBOUL, 1998, p. 6) em seu discurso “Do não-ser, ou da natureza”, em que relaciona a retórica e a sofística:

Primeiramente, nada existe: em segundo lugar, mesmo que exista alguma coisa, o homem não a pode apreender; em terceiro lugar, mesmo que ela possa ser apreendida, não pode ser formulada nem explicada aos outros.

Esta falta de comprometimento com a verdade encontrada no pensador grego pode ser usada como uma introdução arcaica em alguns métodos de ensino e (re)produção acadêmica. A partir de nossa experiência como aluno de graduação, professor de matérias teóricas e práticas em cursos de graduação e pós-graduação e coordenador adjunto do curso de Relações Públicas, apontamos dois problemas que interferem diretamente no baixo aproveitamento e satisfação do alunado: a falta de uma análise crítica da literatura desenvolvida no eixo Sul-Sudeste e aquela que é traduzida do estrangeiro e a baixíssima produção acadêmica na região – ambos, consequência direta, entre outras coisas, de alguns critérios adotados nos concursos públicos para contratação de docentes.

Autores como RIBEIRO (1995) e DAMATTA (1994) nos mostraram que o Brasil é uma miscelânea de povos e culturas que têm em comum a língua, a paixão pela dança e futebol, e um sentido de brasilidade que vai se construindo aos poucos, em banho-maria, assentado numa modernização individualista (ALEXANDRE, 2002).



Entretanto, esta riqueza de culturas e povos que se fundiu e formou o nosso povo construiu um país com regiões muito diferenciadas entre si, com culturas diversas e formas próprias de enxergar o mundo. Seguindo o caminho das mediações proposto por MARTÍN-BARBERO (2003), compreendemos que cada região tem sua peculiaridade na forma de desfrutar a vida e preencher seu tempo, o que interfere diretamente no modo de produção local e nas técnicas que a academia desenvolve para auxiliar os profissionais a obter melhores resultados em seu trabalho.

No caso específico das Relações Públicas, FARIAS (2004) em sua pesquisa já havia identificado a falta de interesse das editoras em publicar livros de jovens autores, preferindo, muitas vezes, reeditar obras traduzidas de estrangeiros e que a produção literária dessa área se concentra em poucos autores, sempre do eixo Sul-Sudeste do país.

Alguns docentes sérios, preocupados com o futuro do curso no Nordeste, como SANTOS e MORAIS (2005), identificaram indiretamente este problema e propuseram um novo desenho curricular para o curso. A proposta é válida e muito pertinente, mas acreditamos que ela teria muito mais êxito se, antes, houvesse uma rigorosa preocupação dos docentes em interpretar esta literatura de acordo com o contexto local, com a realidade empresarial e com a demanda profissional da cidade ou microrregião em que o curso estivesse sendo ministrado.

Vejamos alguns trechos de livros que atualmente estão inseridos na bibliografia recomendada em cursos de Relações Públicas no Nordeste:

Em menos de dez anos todas as empresas de Relações Públicas, que na época eram pouco mais de dez, já atingem a casa das mil. As multinacionais da área estão todas em operação no Brasil, com escritórios próprios, representadas ou associadas às nacionais (...) e a cada dia mais se nota a impossibilidade de trabalho sem o conhecimento da língua que hoje domina o mundo, o inglês (MESTIERI, 2004, p. 117).

Neste pequeno trecho de sua obra, o renomado relações públicas Carlos Eduardo Mestieri descreve suas experiências enquanto profissional e proprietário de uma das maiores consultorias de Relações Públicas instalada em São Paulo, e que encontra na vida e no comércio da megalópole paulista todos os referenciais para seus escritos. Os textos que apresenta em eventos e que posteriormente são publicados em periódicos descrevem bem as exigências do mercado paulista e conseguem fazer com que os jovens estudantes de Relações Públicas daquela localidade se situem na profissão.



Porém, nos perguntamos: como um estudante de Relações Públicas de uma faculdade em São Luís ou Natal, cidades que possuem poucas multinacionais instaladas e que o número de grandes empresas é pequeno, reagem ao ler este texto? O professor que indica uma obra com este discurso estaria contribuindo para sua formação? Os nossos alunos só poderão exercer a profissão de Relações Públicas se realmente dominarem a língua inglesa? Que língua é falada, afinal, em João Pessoa, Maceió e Teresina?

Seguramente, o autor não construiu o seu discurso com a intenção de ser elitista ou excludente. Ele apenas descreveu sua experiência, que é vasta e merece nossa admiração, mas baseando-se numa idéia equivocada e muito difundida na literatura de Relações Públicas de que “Brasil” significa “São Paulo” ou “Rio de Janeiro”. Isto fica evidente em textos como de NOGUEIRA (2002) e FRANÇA e TONDATO (2001), que inserem o termo “Brasil” nos títulos de seus estudos, mas se referem apenas à realidade de sua região.

De todas as formas, o erro está em quem ministra aulas tendo por base estes textos, que desestimulam a turma e criam nela um destrutivo sentimento de baixa auto-estima em relação à atividade a qual estão se preparando para desempenhar. Muitas vezes este abatimento pode chegar a um complexo de inferioridade regional, como pudemos perceber nas palavras de uma colega no final dos anos 90, em Recife, quando a mesma voltava de um estágio como recepcionista de uma escola de idiomas e afirmava que o que ouvia em sala não condizia com a realidade dela e de suas companheiras de curso e que “Relações Públicas, de verdade, só existia no sul”.

Em relação à questão de saber ou não inglês, os escritos de MELO (1985, 1998, 2003, 2004) vêm nos alertando sobre o colonialismo intelectual que impera em nossas faculdades, que preferem ler tudo o que vem de fora em vez de valorizar o que é produzido no país. Isto pode ser aplicado duplamente quando falamos da área de Relações Públicas tal a insistência das editoras em comercializar alguns péssimos textos estrangeiros. E o que é pior: estão sendo recomendados como bibliografia básica em cursos que funcionam numa região com pouco desenvolvimento industrial e que as oportunidades de trabalho para os profissionais de Relações Públicas estão concentradas nas médias e pequenas empresas, no serviço público e na terceirização de mão-de-obra especializada.

Vejamos um trecho de um livro lançado no Brasil recentemente, que é um verdadeiro disparate:



Por exemplo, os profissionais de marketing da universidade deveriam ler a edição da revista *US News and World Report*, que faz um ranking das melhores universidades dos Estados Unidos, assim como os catálogos guias que os futuros universitários consultam, como *Countdown to College: 21 To-Do Lists for High School; Step-by-step Strategies for 9th, 10th, 11th, e 12th Graders e The Ultimate College Acceptance System: Everything You Need to know to Get into the Right College for You* (SCOTT, 2008, p 108).

Se defendemos que a utilização da literatura produzida na região hegemônica do país inadequada ao ensino das Relações Públicas no Nordeste, caso o docente não se preocupe em utilizá-la tendo como parâmetro a realidade cultural e mercadológica local, a íntegra utilização em sala de aula do texto citado acima é um verdadeiro crime, pois desestimula o aluno, o faz sentir-se fora do contexto do assunto abordado. É uma forma indireta de induzi-lo a negar sua origem, seus credos, sua família, ele mesmo, em vez de criar mecanismos educacionais que o libertem (FREIRE, 2002).

Toda esta problemática que estamos a discutir surge pela pouquíssima produção acadêmica da academia nordestina sobre Relações Públicas. No nosso tempo de graduação, que não faz nem uma década, era comum atribuir a apatia do curso e das escassas oportunidades de trabalho no Nordeste à falta de conhecimento da profissão por parte do empresariado local. Estamos de acordo que há um alto grau de desinformação sobre os benefícios que um profissional de relações públicas pode trazer a uma empresa, mas acreditamos que a única forma de mudar este quadro é formando profissionais capacitados para, na prática, mudar esta realidade e este conceito negativo.

Porém, para que se possam formar bons profissionais é preciso investir na formação docente e cabe às universidades federais da região a responsabilidade de iniciar esse processo. Isso por dois motivos: primeiro, as instituições privadas, salvo raras exceções, não investem em pesquisa por já estar imersas na competitividade de mercado, em que na maioria das vezes o aluno é visto como cliente, o que impede investimentos maiores na área estritamente didática; segundo, historicamente, as universidades federais são as instituições em que a pesquisa guia a atividade docente com mecanismos que permitem sua execução em todas as esferas acadêmicas (aluno – professor) da instituição, tais como bolsas de iniciação científica, dedicação exclusiva do corpo docente, programas de pós-graduação, etc.

Mas, então, por que se faz tão pouca pesquisa em Relações Públicas no Nordeste? A região possui apenas três instituições federais de ensino superior (UFAL,



UFPB, UFMA) que oferece o curso de Relações Públicas à comunidade nordestina. Existem poucas vagas disponibilizadas nos vestibulares (reflexo direto da pouca demanda), fazendo com que haja poucas vagas nos concursos públicos para contratação de professores.

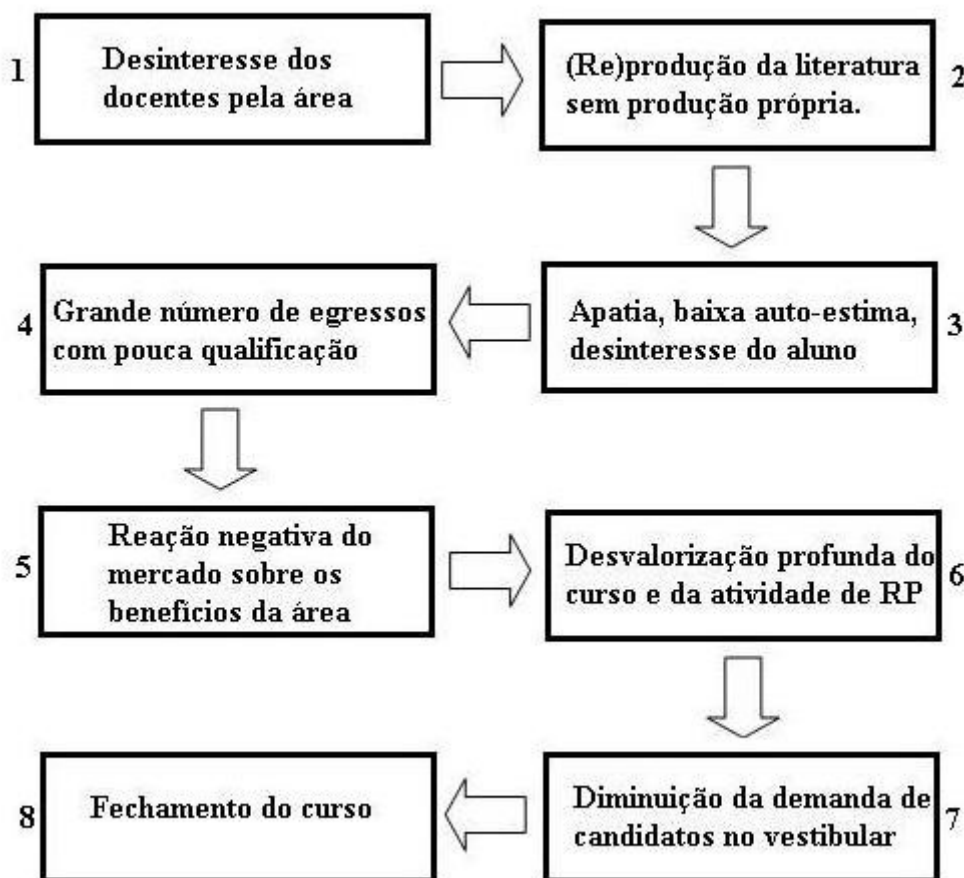
Entretanto, como já afirma a sabedoria popular, “quantidade não é qualidade”, e realmente o problema não está no número de vagas disponíveis. Acreditamos que o problema está centrado nos critérios adotados nos concursos, que deveriam focar toda a trajetória acadêmica dos candidatos para que se possa deduzir a contribuição que os mesmos darão à formação do aluno e ao fortalecimento da pesquisa em Relações Públicas no Nordeste.

O quadro é bastante preocupante. Numa rápida pesquisa nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, observamos que uma considerável parcela do quadro docente dos cursos de Relações Públicas da Região Nordeste não desenvolve pesquisas na área, migrando para temáticas de interesse de outras áreas da comunicação e sem qualquer relação com a atividade profissional de Relações Públicas. Foi identificado, inclusive, quem escreva sobre temas como “Capoeira”, sem sequer ter produzido um texto científico sobre Relações Públicas em toda sua carreira.

Se aprofundarmos esta observação e verificarmos a lista de membros-associados ao Núcleo de Pesquisa em Relações Públicas e Comunicação Organizacional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, principal organização das Ciências da Comunicação no Brasil e que agrega pesquisadores de todo o país, veremos que a participação de professores que fazem parte do quadro docente dos cursos de Relações Públicas na Região Nordeste é muito pequeno, já que a maioria prefere participar de núcleos ligados a Jornalismo ou até nem tomar parte de nenhum grupo de pesquisa.

Este desencantamento com a área de Relações Públicas no Nordeste, reflexo direto do descaso com que os governantes (e alguns profissionais da educação) tratam a educação em nosso país, cria um ciclo vicioso – que chamamos de “8 passos para a extinção de um curso superior” - que pode culminar no fechamento do curso, como podemos ver no gráfico a seguir:

OITO PASSOS PARA A EXTINÇÃO DE UM CURSO SUPERIOR



De acordo com nossa análise, o curso de Relações Públicas no Nordeste se encontra no sétimo passo, necessitando urgentemente que deixemos de discutir sobre temas como a regulamentação da atividade, a conciliação com os jornalistas, se a atividade “x” é específica de RP, se o golfinho é o símbolo ideal para o curso, etc.

Propostas para o ressurgimento dos cursos de Relações Públicas no Nordeste.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”,

Eduardo Galeano.

A academia em todo mundo tende a adotar posições ortodoxas e poucos são os líderes que possuem a coragem de aceitar críticas e sugestões com o intuito de mudar uma situação – que, às vezes, incomoda aos próprios responsáveis pelas crises. Por isso, a célebre frase do pensador uruguaio ilumina as mentes daqueles que escolheram a



docência como razão de suas vidas e tem esperança na construção de um Brasil mais justo e humano.

Para evitar a extinção de um curso que milita há mais de quarenta anos no círculo acadêmico nordestino, consideramos duas ações como medidas paliativas urgentes para o ressurgimento do mesmo:

1. Adoção de novos parâmetros de avaliação nos concursos públicos⁴.

ANDRADE (1996, p. 36) considera o concurso como uma “forma de verificar a aptidão ou direito de um candidato a determinado cargo ou função, ou ainda uma recompensa”. Partindo da idéia deste pioneiro pesquisador das Relações Públicas, estamos convictos que seria pertinente que os membros da banca ao lerem o currículo dos candidatos, antes de avaliar uma prova dissertativa ou uma aula com cinquenta minutos de duração que, na maioria das vezes, são verdadeiros monólogos de um livro, fizessem a si mesmo a seguinte pergunta:

Este candidato - com sua trajetória acadêmica, pesquisas desenvolvidas e trabalhos publicados – ao ser aprovado neste concurso vai contribuir para o ressurgimento das Relações Públicas no Nordeste brasileiro?

Desta forma, se superaria de forma definitiva a “era das cátedras”, tão bem descrita por MARCOVITCH (1998, p.132-133):

No passado, na era das cátedras, a decisão de contratação dos assistentes era uma prerrogativa do professor catedrático. Havia, então, duas situações. Ou os professores catedráticos agiam lucidamente, recrutando sólidos talentos, ou contratavam professores medíocres. Até porque alguns catedráticos também eram medíocres. Acontecia algo como uma roleta russa. Dependia-se do nível do contratante. Para superar esse dilema, o concurso público foi concebido. Estabeleceram-se alguns rituais que permitiram filtragem e participação ampla. A solução, porém, não foi inteiramente satisfatória. A universidade, apesar das boas intenções, ainda não divulga, de forma adequada, as oportunidades de contratação. Ainda não anuncia, na escala ideal, os concursos programados, para que haja uma afluência qualitativa maior dos potenciais interessados em concorrer. Não é preciso gerar grandes filas, mas pelo menos identificar, em cada lugar, os talentos a serem motivados. Nunca vamos deixar de ter espaços para contratação por

⁴ Consideramos que os cursos das instituições federais possuem uma forte influência sobre os cursos das instituições privadas, sobretudo no Nordeste, onde há pouquíssima produção acadêmica no setor privado de educação.



indicação. O recrutamento dos professores colaboradores e visitantes, por exemplo, deve permitir isso. Mas, no caso dos professores efetivos, a transparência ainda é mais aconselhável que as práticas de compadrio, tão freqüente no tempo dos catedráticos”.

Como “melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa nas escolas de comunicação depende fundamentalmente da atuação de seu corpo docente” (MELO, 1991, p. 30), é necessário um maior cuidado na formação do quadro docente das universidades federais, evitando instaurar um ambiente amórfico nas instituições denunciado por BUENO (2007).

Ajustando os critérios na escolha dos professores que vão compor o quadro docente dos cursos de Relações Públicas nas instituições federais do Nordeste, conseqüentemente, se verificará um aumento considerável da reflexão crítica e produção acadêmica desta área na região, que atualmente se encontra quase que totalizada nas regiões Sudeste e Sul do país e equacionada em poucos autores (KUNSCH, 1997).

2. Formação de uma associação de pesquisadores em Relações Públicas do Nordeste.

Com um quadro motivado intelectualmente e apto para produzir, naturalmente crescerá o interesse deste em fazer parcerias com outros docentes e integrar os grupos de pesquisa espalhados nas instituições da região e de todo Brasil, melhorando consideravelmente a representatividade nordestina nos congressos científicos da área.

Desta forma, sugerimos a criação de uma associação de pesquisadores em Relações Públicas no Nordeste, com um encontro regional e outro estadual a cada ano, formada por um conselho dirigente (um professor de cada universidade federal da região) com eleição de novo quadro a cada dois anos e associados diretamente com a Intercom, Aberje, ABRP, Conferp e Conrerps da 3ª (BA), 5ª (PE, RN, PB, CE e PI), 7ª (MA) e 9ª região (AL e SE).

Conclusões finais

O curso de Relações Públicas no Nordeste passa por um momento muito delicado no que diz respeito ao seu reconhecimento e valorização, sobretudo, pelos jovens, que darão continuidade (ou não) à tradição desta área de conhecimento na



região. É eminente o risco dele se extinguir oficialmente em pouco tempo, se não já se extinguiu em sua essência nas salas de aulas. Por isso, faz-se necessário que todos aqueles que pertencem à academia nordestina façam uma *mea culpa*, sobretudo aqueles que pecam por omissão e insistem em apontar o empresariado local como responsável pelo estado deprimente que se encontra esta habilitação da Comunicação Social. Todos, enfim, deveriam fazer uma reflexão sobre sua própria atividade docente e o compromisso moral que possuem com a sociedade.

Se o Nordeste não possui a industrialização de São Paulo ou a praça editorial do Rio Grande do Sul, ele possui um povo “antes de tudo forte”, como disse Euclides da Cunha (2000). É um verdadeiro absurdo que os docentes utilizem livros traduzidos do estrangeiro ou obras (de qualidade duvidosa) que descrevam a vida numa megalópole quando há um povo distribuído em nove Estados que possui alto grau de criatividade e capacidade. Se não fosse verdade, Luiz Beltrão não revolucionaria as Ciências da Comunicação na América Latina e no mundo.

Concluimos que o problema se encontra dentro dos próprios departamentos de comunicação que oferecem o curso e que o início de uma grande reviravolta das Relações Públicas no Nordeste parte da moralização dos concursos públicos, com a adoção de ferramentas dinâmicas de avaliação para cooptar pesquisadores que se interessem realmente pela docência e pesquisa na área e que considerem esta prática como uma missão e não apenas um biscate. Com isso, partirá das instituições de ensino uma inquietação intelectual que gerará uma produção acadêmica de qualidade, que contagiará os alunos e, conseqüentemente, os empresários.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Agripa Faria. **Reconhecimento da identidade igualitária e assunção da autenticidade diferencial na cultura brasileira**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, n. 29, p. 1-26, out. 2002.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Dicionário Profissional de Relações Públicas e glossário de termos anglo-americanos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996.
- BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial no Brasil: uma leitura crítica**. São Paulo: Mojoara, 2007.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 39. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2000.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. São Paulo: Rocco, 1994.
- EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FARIAS, Luiz Alberto de. **A literatura de Relações Públicas**. São Paulo: Summus, 2004.



- FRANÇA, Fábio; TONDATO, Márcia Perencin. **O ensino e a prática de Relações Públicas no Brasil**. Trabalho apresentado ao XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GOBBI, Maria Cristina. **José Marques de Melo**. Recife: Unicap, 2001.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações Públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- MELO, José Marques de. **Comunicação: Teoria e política**. São Paulo: Summus, 1985.
- _____. **Comunicação e modernidade**. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. **Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.
- MESTIERI, Carlos Eduardo. **Relações Públicas: a arte de harmonizar expectativas**. São Paulo: Aberje, 2004.
- NOGUEIRA, Nemércio. **Relações Públicas no Brasil: onde estamos e onde vamos**. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Obtendo resultados com Relações Públicas**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Maria Salett Tauk; MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. **Uma proposta curricular para o curso de Relações Públicas**. Trabalho apresentado ao XXVIII Congresso Brasileiro da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.
- UNICAP. **Processo seletivo Católica 2008.1**. Disponível em www.unicap.br/vestibular/2008.1/concorrencia.htm. Acesso em: 01 de jul. 2008.
- UOL. **Unicap aplica provas para 4.660 candidatos no fim de semana**. Disponível em www.vestibular.uol.com.br/ultnot/2006/12/14/ult798u17411.jhtm. Acesso em: 30 de jun. 2008.